



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

#### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

##### TEXTO SEM REVISÃO

###### COMISSÃO EXTERNA - SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM XANXERÉ/SC

EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0808/15	DATA: 10/06/2015	
LOCAL: Plenário 16 das Comissões	INÍCIO: 14h25min	TÉRMINO: 15h37min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Eu quero já convidar os Parlamentares aqui presentes: Deputado Esperidião Amin, Deputado Valdir Colatto — aqui estava, deve estar em outras Comissões — e os demais que deverão chegar.

Em respeito aos que chegaram no horário, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Externa que Acompanha a Situação dos Municípios de Xanxerê e Ponte Serrada em Santa Catarina, ocasião em que tivemos um tornado que trouxe danos para aquela localidade.

Daremos início à reunião de audiência pública que atende aos Requerimentos nºs 2 e 3, de 2015, de autoria deste Coordenador e também do Relator da Comissão, Deputado Pedro Uczai, e da Deputada Carmen Zanotto.

Vamos aqui, caros amigos, dar continuidade aos trabalhos.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da Ata da 2ª Reunião Ordinária.

Não há necessidade de leitura. Então, nós dispensamos a leitura.

Fica dispensada a leitura da presente ata.

Nós temos a finalidade também de discutir a adoção de padrões mais ágeis de atendimento às populações pelo poder público em casos de desastre.

Eu quero aqui dar as boas-vindas e, desde logo, convidar para que componham a Mesa: o Sr. Alzirô Alexandre Gomes, Diretor do Departamento de Articulação e Gestão e Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, em exercício no Ministério da Integração Nacional; e o Sr. Roberto Carlos Ceratto, Superintendente Nacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, da Caixa Econômica Federal.

Esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo na página da Câmara, pela Internet, no endereço: [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)

Gostaria de dizer aos nossos convidados que aqui nós temos um tempo estipulado de fala de 20 minutos, mas eu pediria até 10 minutos, em razão de podermos até antecipar boa parte das medidas, Deputado Esperidião Amin, para Xanxerê e Ponte Serrada, que já foram adotadas.



Deputado Pedro Uczai também encontra-se no ambiente. Convidaria V.Exa., Deputado, que sente-se à Mesa porque vou pedir que o amigo assuma também a Presidência da Comissão. Em vez de ficarmos 20 minutos cada um, o que daria 40 mais o questionamento, vamos nos estender e temos plenário dentro de instantes. Portanto, convido o Deputado Pedro Uczai, que é o Relator, para que se junte a nós aqui na Mesa.

Eu iniciaria com os nossos convidados, com o nosso representante da Caixa Econômica Federal, do Programa Minha Casa, Minha Vida, Roberto Carlos Ceratto, que poderá obviamente, nesse período — Deputado Edinho Bez, um prazer imenso —, explicar aos nossos Parlamentares, assessores, enfim, as medidas que foram adotadas até o presente momento, através da Caixa Econômica Federal, junto ao Ministério das Cidades, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, para atender às famílias: quantas são as unidades que já estão cadastradas; recursos que serão liberados; e o que está sendo feito até o presente momento.

Faria um questionamento para que seja incluso, na manifestação do nosso convidado, as famílias que não são atendidas em programas sociais, como, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida: o que está se pensando e qual ação será desenvolvida?

Essa pergunta é para o Dr. Alzirô e para o Dr. Roberto Ceratto. Convidaria o Roberto Ceratto ou o Dr. Alzirô, primeiro, porque eu vejo que é o Ministério e o banco para...

Deputado Edinho.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Quero parabenizá-lo pelo trabalho e dizer que tenho amanhã inclusive uma audiência na Caixa Econômica. Nós assumimos o compromisso de fazer um meio de campo com a Caixa. Esta Comissão — o Espírito Santo me ensinou direitinho como ir até a Caixa —... Então, amanhã, estarei lá inclusive, mas é importantíssima a presença dos colegas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Perfeito.

Eu pergunto aqui ao Roberto e ao Dr. Alzirô, como é uma sequência de ações,....

**(Não identificado)** - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Perfeito. Exato.



---

Eu começo com o Dr. Alzirô, que vai nos trazer de imediato já o volume de casas danificadas, quem se enquadra em programas sociais, quem não se enquadra.

Passo a palavra ao Dr. Alzirô Alexandre Gomes, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração. Dr. Alzirô com a palavra.

**O SR. ALZIRO ALEXANDRE GOMES** - Deputado, cumprimento a Mesa, através de V.Exa., e agradeço, desde já, pelo convite de estar aqui e por ter oportunidade de participar desta audiência de suma importância, em função da magnitude daquele evento ocorrido em Xanxerê e Ponte Serrada.

Preparamos uma breve apresentação que resume o fato ocorrido e as providências até aqui tomadas de uma maneira bastante objetiva. Então, eu pediria a gentileza de nós passarmos aí o primeiro *slide* que traz três imagens ilustrativas, para termos uma pequena ideia do poder de devastação desse tornado ocorrido nos Municípios.

No *slide* seguinte temos um quadro-resumo dos danos humanos ocorridos em decorrência do evento. Tivemos: 1.000 desabrigados em Xanxerê; 2 óbitos, cujo número posteriormente aumentou para 4; 100 feridos; 96 desalojados, em Ponte Serrada; 4 desabrigados; e felizmente nenhum óbito, num universo de 1.200 famílias aproximadamente afetadas pelo evento.

No momento seguinte, vemos o Município já em situação de emergência. A União, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil, procede ao reconhecimento dessa situação de emergência, dessa forma, então, possibilitando o acesso dos entes federativos aos recursos tanto humanos quanto materiais e financeiros, disponíveis a partir desse momento pela União.

A Defesa Civil Estadual teve uma ação bastante significativa lá porque a magnitude do evento ficou acima da capacidade de o Município responder. Em relação à Defesa Civil Estadual, aqui vai também um reconhecimento à presteza e à competência com que a Defesa Civil atuou naquele primeiro momento, dando suporte total ao Município.

A partir daí, nós começamos a atuar também complementarmente à medida que as medidas iam chegando. Para um primeiro momento em que se precisava de bastante mão-de-obra, para os danos, através de um protocolo que nós temos com



o Ministério da Defesa, foram disponibilizados para lá 200 soldados, 2 caminhões do Exército e toda a cadeia de comando, para que esse efetivo funcionasse pelo período que o Município entendesse necessário, tanto para dar suporte de recolhimento de materiais quanto de auxílio nos abrigamentos. Enfim, todo suporte logístico, humano e material foi dado pelo Exército.

As ações de restabelecimento, passado esse primeiro impacto, começam com as ações efetivamente de resposta à recuperação dos danos causados. Nós, naquilo que se enquadra como ação de Defesa Civil, recebemos já, através do Governo do Estado, um plano de trabalho solicitando recursos para reforma de unidades habitacionais, aquelas que são passíveis de reforma, solicitando ali, então, atendimento para 325 unidades que estavam parcialmente destruídas, somados aí os dois Municípios, naturalmente indo a maior parte para Xanxerê, num valor de 4 milhões 263 mil reais. Esse valor chegou há poucos dias, está em análise, já está pré-aprovado, falta uma questão de ajuste de valores, em função da nossa limitação de custo gerencial, para atendimento a esse tipo de ação.

Há questão de 20 dias, nós autorizamos a reconstrução do ginásio, o Ginásio Municipal, que foi completamente destruído, cujo custo de reconstrução estimado foi de 3 milhões de reais. Isso já foi autorizado, e o Município está procedendo à licitação para contratar essa obra de reforma.

Reconstrução de unidades habitacionais. Nós recebemos lá a demanda para reconstrução de 96 unidades habitacionais, sendo 72, em Xanxerê, e 24, em Ponte Serrada, aquelas unidades que são pré-moldadas. Então, nós estamos aguardando só uma complementação de documentação que o Estado ficou de nos enviar para que possamos evoluir o mais rapidamente nessas análises. Inclusive já houve a entrega de uma primeira unidade simbolicamente. A primeira família já foi contemplada, quanto às demais, nós estamos aguardando realmente essa complementação de documentação, para que nós consigamos agilizar.

Então, este é o resumo rápido, nós temos um tempo relativamente curto para dissertar sobre esse evento, mas poderíamos nos alongar bastante, porque realmente foi extremamente significativo, pela violência com que ocorreu, pelos danos materiais causados, que foram bastante significativos. Eu estive lá,



---

acompanhando o Ministro numa visita *in loco*, nos dias seguintes, e realmente é de impressionar o rastro de devastação que fica num evento desses.

Então, dessa forma, no que diz respeito às ações da Defesa Civil, as ações foram implementadas de imediato, em tempo, no nosso entendimento, bastante satisfatório, de acordo com a urgência que o caso requeria. Naturalmente que daí para diante novas medidas se farão necessárias, e no que diz respeito à Defesa Civil, à medida que esses pleitos forem apresentados, nós vamos analisando e dando o devido andamento. A princípio era isso, coloco-me à disposição de todos os senhores, para qualquer questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Muito bem, Dr. Alziró. Eu, antes de passar a palavra para os demais convidados, quero registrar também, perdoe-me, a presença da Dra. Alessandra D'Ávila Vieira, que é Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação. Muito obrigado pela sua presença.

Eu abro a palavra aos Deputados para algum questionamento ao Dr. Alziró.

Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Não é nenhum questionamento, eu quero parabenizá-lo, apresentar meus cumprimentos, extensivos a todos do Ministério, em nome do Ministro, pela atenção que nos deu, meu caro Presidente João Rodrigues, desde a primeira reunião que tivemos no Ministério, pela maneira e pelas soluções apresentadas rapidamente pelo Ministério. Que isso sirva de exemplo a outros órgãos do Governo Federal. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Obrigado.

Senhores, mais algum Deputado deseja falar?

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Quero registrar a presença do Ministro lá, no final da semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Eu quero cumprimentar o Ministério da Integração, porque nós tínhamos uma imagem construída com base em outros momentos de dificuldade, eu lembro da seca, quando eu era Deputado Estadual,



---

seca em 50 Municípios, o recurso foi repassado diretamente para o Município, mas nunca chegou, foi uma agonia.

Ver aquela realidade e ver esta, a forma e a rapidez com que o Governo Federal, através desse Ministério, também atuou, é motivo de comemoração. Aqui geralmente, quando a gente chama o Governo Federal, é para criticar, e criticar, e criticar.

A presença do Ministro na semana passada, no sábado, junto com o Governador do Estado, junto com o Ministério das Cidades, junto com a Defesa Civil, já entregando lá a primeira unidade habitacional, eu não tenho dúvida de que isso possa ser um bom exemplo para respostas rápidas, não só do ponto de vista do recurso público, mas da tecnologia e da rapidez.

Que cada um desses eventos seja um aprendizado, seja uma escola. Nós Parlamentares, vendo esses recursos já liberados, nesse tempo exíguo, podem ter certeza, vivemos um momento muito mais tranquilo do que outros momentos da história em que nós tínhamos que explicar, todos os dias, o porquê da demora do Governo Federal.

Eu acho que este é um momento de reconhecimento do seu nome, do Ministério da Integração, porque vocês já foram criticados, eu já venho criticando vocês há uns seis anos.

**(Não identificado)** - Quando V.Exa. não era Governo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - E eu sempre fui Governo, e eu sempre fui Governo. (*Risos.*) Antes de ser Governo, nem pensem, era pauleira mesmo, era porrada.

Então, tem que se reconhecer e fazer justiça, transmita isso ao Ministro, porque é sincero esse reconhecimento. O Deputado Esperidião Amin fez um pronunciamento extremamente emblemático para nós, e ele também tem um posicionamento crítico ao Governo, mas há o reconhecimento da presença da Presidenta Dilma e da presença do Ministro, o qual esteve lá, nesse evento, por três vezes. O próprio Deputado João Rodrigues tem sido bastante afiado nos seus discursos e, nesse caso específico, tem sido generoso com o Governo, que está fazendo justiça.



---

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Ninguém aqui gostaria de ter enfrentado esse acidente, esse desastre, mas isso está servindo para uma aproximação de V.Exa., pelo que sai sempre de importante para Chapecó e região.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) - (*Risos.*) Lá já dizem isso. De qualquer maneira, permito-me também fazer uma complementação, como o Deputado Pedro, o Deputado Edinho e o Deputado Esperidião fizeram. O pior defeito do ser humano é não reconhecer o bom serviço prestado. Eu acho que a gente tem que ter a humildade de aplaudir e reconhecer quando a coisa é bem feita. A rapidez com que o Governo atendeu é realmente algo que merece todo o nosso respeito, tanto é que um dos poucos episódios, em Santa Catarina, que nós tivemos em decorrência de intempéries que não houve críticas foi esse, e teria tudo para ser criticado. Houve algumas questões pontuais, até alguns excessos cometidos por alguns mais eufóricos no tocante à questão política que todos nós conhecemos, mas na ação de Governo não há um reparo a ser feito. Então, a gente tem que reconhecer prontamente a ação do Ministro, do Ministério como um todo. Da mesma forma, o Ministro Kassab esteve lá, a Caixa Econômica pontualizou. Foi uma união de esforços entre Governo de Estado, Governo Federal, Prefeitura Municipal. Não há reparo a ser feito, tanto é que, quando nós idealizamos esta Comissão, tive oportunidade de convidar, como Relator, o meu principal adversário no campo político, mas aqui nós somos todos do mesmo time, do mesmo grupo. A causa é outra. Nós já temos um amadurecimento maior, pontualidade em eleições. Depois temos de trabalhar pelo Estado e pela cidade onde a gente mora.

Eu quero aqui convidar o Deputado Pedro, se me permite, para assumir a minha posição. Exatamente neste momento estão votando o relatório...

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** – Antes da sua saída, como eu vou ter que sair, eu queria só antecipar a minha opinião sobre a inversão para manifestar o meu voto a favor do requerimento do Deputado Pedro Uczai. Eu queria que V.Exa. contabilizasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) – Perfeito. Também acho que já colocamos em votação...



---

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** – Li e o considero oportuno. Não tenho nada a acrescentar quanto aos nomes mencionados. Acho que estão muito bem escolhidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) – O.k. Só vou pedir permissão para nós deixarmos um pouquinho... Precisamos de mais três ainda por causa do quórum. Já que vai gerar despesa, nós só vamos ter que aguardar um pouquinho.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** – Eu já antecipo o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Rodrigues) – Já fica antecipado o voto.

Convido o Deputado Pedro que assuma a função. Eu vou ali participar da votação. Em seguida, eu retorno aqui. Agradeço imensamente aos presentes aqui. Com licença, senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) – Assumindo a Presidência dos trabalhos, vamos passar imediatamente a palavra à Sra. Alessandra d'Avila Vieira, Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Depois ao Dr. Roberto Ceratto. S.Sa terá a palavra por até 10 minutos para depois a gente se pronunciar sobre a atuação do Ministério nesses eventos e na perspectiva de futuro.

**A SRA. ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA** – Boa tarde a todos! Neste evento específico, o Ministro fez uma visita à área local. Nós colocamos à disposição os recursos do Ministério das Cidades, por meio da Portaria nº 217, de 24 de abril de 2015, que dava até 60 dias para a apresentação de um plano de trabalho por parte da Secretaria do Governo do Estado para apresentação de um plano de trabalho para reconstrução e reforma.

Nós tivemos reuniões, contatos, audioconferências com a Secretaria de Estado, com o Secretário de Estado de Defesa Civil, em que nós explicamos as formas de viabilização das unidades por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio da Portaria Ministerial nº 1 que temos com o Ministério da Integração, que é específica para atendimento a desastres e para os programas que tínhamos e custeavam as questões de reforma. Conversamos bastante em relação ao cadastro dos beneficiários, às formas de atendimento, à adequabilidade de cada programa. O Estado optou por fazer o plano de trabalho por dentro das ações do Ministério da



Integração, tanto para reconstrução quanto para reforma. O plano de trabalho foi entregue diretamente lá no Ministério da Integração. Então, na realidade, nós ficamos mais na parte da discussão técnica, dessa conversa com a Secretaria de Estado, mas não foi apresentado, ainda está até vigente o prazo que foi disponibilizado em portaria para que a gente pudesse fazer alguma seleção específica em relação ao atendimento ao desastre, mas a opção do Governo do Estado foi trabalhar por meio da ação de resposta a desastres do Ministério da Integração. Então, nós não temos uma ação específica hoje acontecendo nos Municípios, sim Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Alessandra.

Penso que posso passar a palavra ao Sr. Roberto Carlos Ceratto, para falar pela Caixa Econômica Federal. Em seguida terei algumas indagações a fazer, assim como o Deputado Esperidião Amin e os demais, para que possa compreender um pouco essa relação entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Essa seria a primeira questão.

A segunda questão seria com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, para aqueles que são atendidos pelos critérios e para aqueles que não são atendidos pelos critérios, quais as possibilidades futuras que a gente pode, em novos desastres naturais, responder.

Com a palavra o Sr. Roberto Carlos Ceratto, Superintendente Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, por sinal, também catarinense, nosso amigo. É um orgulho muito grande tê-lo nessa função, com essa grande responsabilidade junto à Caixa Econômica Federal.

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - Boa tarde a todos!

Deputado Pedro, demais Parlamentares e toda bancada catarinense presentes, colegas da Caixa, aqui também representados, estou muito feliz por estar debatendo esse assunto e trazer um pouco o relato da ação da Caixa, que obviamente envolveu toda a empresa como em qualquer outra ocorrência que, infelizmente, eventualmente há esses fatos pelo País afora.

Também trouxe um resumo com alguns números para demonstrar um pouco o esforço feito pela Caixa desde o primeiro dia da ocorrência.



A Caixa mobilizou um grande número de empregados de toda a região para que pudesse estar se deslocando para o Município, além de equipes técnicas para verificar a situação com um todo. E na parte que envolve seguros um grande volume de peritos, para que eles pudessem já identificar, avaliar e dar agilidade ao processo como um todo.

Logicamente temos aqui até os colegas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o Henrique e o Alberto, que conduzem esse processo e que a Caixa, ao longo dos últimos anos, até pelas ocorrências lá de Blumenau, Florianópolis e Itajaí, como um todo, preparou-se e hoje tem todo um rito bem formatado para enfrentar essas situações. Então, de imediato foi montada toda uma estrutura para atendimento e para a liberação do FGTS para as famílias atingidas e para os beneficiários.

Ao todo nós tivemos aqui no Município de Xanxerê 5.720, esses são dados do início do mês, hoje os valores já estão um pouco mais; Ponte Serrada foram 2, 018 milhões. Ao todo dá 8 milhões de reais, que já foram pagos para mais de 9 mil contas para os detentores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — cada um comprovou a sua situação, o seu atendimento nas áreas atingidas.

Além disso, nós tivemos toda a questão de seguro, não só os empreendimentos e unidades que contavam com o financiamento da Caixa, que ao todo são praticamente são 200 unidades atingidas, que já foram indenizadas em três condomínios e também as contratações efetuadas de forma isolada, como também tínhamos 130 famílias que detinham seguro contratado como qualquer outro interessado pode contratar, com seguro do banco. Então, ao todo foram mais de 300 pessoas que já receberam a indenização do seguro.

Foram disponibilizadas linhas para capital de giro, variando com taxas a partir 0,83, prazo até 60 meses com carência. Isso está aberto lá para todas as empresas que tenham interesse. Vários já nos procuraram, foram feitos inúmeros financiamentos dentro da melhor condição possível.

Da mesma forma, para a pessoa física, todas as linhas, sem limitação de valor, as pessoas interessadas lá estão procurando. A Caixa deu também uma pausa de até 60 dias para o pagamento dessas prestações como uma forma de amenizar um pouco esse impacto. E para material de construção, também nós



temos linhas do CONSTRUCARD, que são linhas tradicionais do banco com prazos que variam de 96 a 180 meses, disponíveis para todos os clientes, independentemente de faixa de renda.

Pode passar. Sobre isso aqui a Alessandra já falou, que é um pouquinho da portaria que o Ministério publicou dando 60 dias para que o Município fizesse o diagnóstico, que ele encaminhou, a princípio, via defesa civil.

Pode passar. Também nós tivemos no caso do Programa Bolsa Família, que é operacionalizado pela CAIXA, a antecipação do calendário. No caso do INSS, além da antecipação do calendário, foi antecipado o valor de uma remuneração para todos os aposentados, que vai ser descontado ao longo de 12 meses.

Então, são essas as ações de que a CAIXA participou. De fato, todas as pessoas já receberam esses benefícios.

Com relação à questão do Fundo de Garantia, no primeiro dia de maio nós já estávamos com toda a estrutura, então, 10 dias após a ocorrência, já estávamos atendendo e praticamente efetuamos todos os pagamentos aos atingidos.

Então, é isso. Estou também à disposição para contribuir com a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Roberto Carlos.

Eu acho que nós poderíamos abrir a palavra aqui ao nobre Deputado Esperidião Amin, que também gostaria de fazer uso da palavra. Eu tenho algumas indagações. Eu não sei se as faço antes e depois passo a palavra a S.Exa.

Em relação ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração, primeira pergunta: essa experiência de não viabilizar a habitação pelo Ministério das Cidades, mas pelo Ministério da Integração, é uma experiência específica e fora da regra ou vai se transformar em regra para desastres naturais? Segunda pergunta: qual é a avaliação que está se fazendo disso?

Em relação à habitação, há dois tipos de pergunta aqui. Aquelas famílias que são atingidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida são as 96 famílias de Xanxerê e Ponte Serrada que são daquelas modulares de 42 mil reais? Foram atingidas 100% dessas famílias que estariam dentro do critério do Programa Minha Casa, Minha Vida ou aquelas que perderam integralmente a casa independentemente da renda? Qual é o critério para isso? Segunda pergunta: como atender as famílias que precisam de casa que estão fora do critério do Programa Minha Casa, Minha Vida



---

que varia lá desde 50 mil a 440 mil, como um dos moradores que perdeu grande parte da sua casa?

Por onde vai passar o futuro dos desastres nessa questão da habitação? Essa experiência que está sendo feita no Ministério da Integração, que passou por essa relação e por essa opção, que está sendo feita em Xanxerê e Ponte Serrada vai ser a norma nos próximos desastres? Como atender dentro dos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida os novos desastres? E aqueles que não estão no Programa Minha Casa, Minha Vida como o Ministério da Integração ou o Ministério das Cidades vai atender?

Porque, no primeiro momento, nós estávamos discutindo com o Ministro Kassab, no Ministério das Cidades, os critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida e como aqueles que não eram atingidos pelos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida seriam socorridos. E nesse aspecto, nós até entendíamos... E aí a segunda que eu queria fazer sobre a reconstrução das casas... Há um programa do Ministério das Cidades que nós entendemos extremamente vitorioso que é o do Programa Minha Casa, Minha Vida, o Programa Nacional de Habitação Rural — PNHR, cujo valor para reforma era 17.200, não sei se foi atualizado, e para casa nova 28.500. Nos moldes desse programa poderia ser instituído, no País, junto com o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração, um programa para atender rapidamente as famílias que não foram atendidas diretamente no Programa Minha Casa, Minha Vida? Essa é a primeira pergunta nesse aspecto.

Vou dar um exemplo concreto: estava lá um professor, em Xanxerê, e sua casa foi atingida e toda destelhada. O que fazer naquele momento quando precisava cobrir seus móveis, cobrir sua casa? Ele foi lá, comprou o material de construção por 8 mil reais e tem zero para pagar. O que ele faz?

A reforma de até 17 mil reais — ele comprovando em nota — seria um caminho rápido para a vida dessas pessoas voltar ao normal? Porque já existe o programa. Esse programa poderia ser utilizado para ajudar em futuros desastres naturais?

Eu queria entender um pouco a visão do Ministério das Cidades, a visão da Caixa Econômica Federal, a visão do Ministério da Integração Nacional.



E outra pergunta para o Roberto. Do FGTS, o percentual que havia de demanda foi todo atendido? Não há mais nenhuma demanda? Do seguro, todo o atendimento foi feito? De terceiros em relação ao crédito, a política de juros.

Vamos dar um exemplo concreto de Xanxerê e Ponte Serrada. O Governo do Estado propôs 10 milhões de reais a juro zero para uma parte dos empresários. A Caixa não tem esse programa de juro zero. Como fazer nos futuros desastres, onde os Governos municipais e estaduais podem fazer parte, juntar os programas para que todos os empresários de Ponte Serrada e Xanxerê que queiram crédito da Caixa possam ser atendidos igualmente àqueles que vão ser atendidos pelo Governo do Estado? Ou seja, se há 50 empresários, de Ponte Serrada e de Xanxerê, que vão solicitar crédito, dez solicitam do Governo do Estado e vão ter juro zero; os outros 40 vão ter os juros previstos pela Caixa.

Por que não pegar os 10 milhões do Governo do Estado e colocá-los nos 50 empreendimentos, nos 50 financiamentos para reduzir um percentual de juros para todos os empresários? Isso não cria privilégio para dez em detrimento dos 40? Se o Governo do Estado não consegue atender os 50, mas atende só dez, como fazer para que se busque um encontro entre os entes da Federação? Porque o dinheiro é público, o dinheiro é da sociedade.

Então, são algumas perguntas iniciais que eu queria ponderar aqui sobre essa experiência da casa modular. Eu estive lá presente, representando também a bancada, junto com o Deputado Valdir Colatto. Foi uma experiência extremamente interessante. Gostaria de saber se essa experiência pode ser usada no futuro, para os novos desastres, e como se dá essa relação com o Programa Minha Casa Minha Vida, e as demais perguntas.

Quem poderia responder? Vai lá.

**A SRA. ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA** - Primeira questão que eu queria destacar é a especificidade desse desastre. Normalmente, nós temos o atendimento de enchentes por meio da portaria interministerial e por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. E os mais afetados são aqueles de beira de rio, de área de risco. Ou seja, áreas em que essas famílias não poderão voltar para suas casas.

Nesse sentido, os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida se adaptam perfeitamente, porque aí nós vamos fazer em escala, é um



empreendimento completo, com infraestrutura em outro lugar e que não pode ser nas mesmas áreas sinistradas onde essas famílias já habitavam.

Nesse caso específico, as famílias já são proprietárias dos seus lotes, já existe uma infraestrutura instalada. Claro que há reparos a serem feitos, mas a maioria passou por uma questão da edificação em si. Foi apresentado pela Secretaria de Estado de Defesa Civil para nós, e aí, havia uma certa incompatibilidade em termos operacionais do Minha Casa, Minha Vida e as empresas que trabalham com glebas, com terrenos para se fazer empreendimentos completos com a execução de casas pulverizadas em lotes próprios dos beneficiários. E havia também essa questão da incompatibilidade de renda que no caso do Minha Casa, Minha Vida para desastres atende até 3.275.

Por isso, foi debatido tecnicamente com o Governo do Estado e acreditamos que, daquela conversa, em relação ao que era e ao que não era possível fazer, foi feita essa opção. Mas, em regra, o atendimento é feito pela Portaria Interministerial nº 1 e pelo Minha Casa, Minha Vida.

Nós podemos citar, por exemplo, o Estado do Acre que está sendo atendido, recentemente, e infelizmente também passou por uma calamidade. E, e aí, sim, essa calamidade mais típica do nosso País em relação às enchentes, retirar as famílias de beira de rio e não deixar retornar para a situação de área de risco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - E a questão que eu levantei, se há perspectivas de novos desastres, a questão de emergência, a partir do Programa de Habitação Rural, se essa poderia ser uma forma mais rápida de atender?

**(Não identificada)** - A reforma por dentro do programa. Tendo em vista alguns outros desastres mais específicos do que esse, que requer a remoção de áreas de risco e de áreas sinistradas, quero dizer que nós temos um diálogo, que já vem acontecendo há um tempo, com o Ministério da Integração em relação a se aprimorar a portaria interministerial no que tange à renda, à reforma e, por exemplo, a quando puder ser no lote dos próprios beneficiários. Mas isso ainda está em construção. Não temos como afirmar quando e como isso será reconstruído. Isso ainda está em debate entre os técnicos dos dois Ministérios, para ver qual é a melhor forma e o que vai caber a um e a outro. Mas o que importa, no final, é que



---

seja um atendimento célere, rápido, cada um dentro do seu *modus operandi*, das suas formas burocráticas de atuação, para que as famílias não esperem tempo demais por esse atendimento.

**(Não identificado)** - Inclusive, o próprio arcabouço legal hoje não contempla esse tipo de situação. Foi um evento que se tornou atípico.

Nós estamos reunindo esforços no sentido de encontrar soluções em comum, adaptando condicionantes legais, a fim de que possamos prestar esse atendimento em caráter — respondendo a sua pergunta — de excepcionalidade. A partir de então, esperamos poder construir uma solução que venha a se implementar em caráter definitivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Desejo boas-vindas ao Deputado Valdir Colatto, da cidade de Xanxerê, uma das cidades atingidas pelo desastre, e à Deputada Geovania de Sá, da região sul de Santa Catarina, que prestigiam este momento e esta conversa.

Já fiz aqui algumas indagações. Não sei se o Sr. Roberto quer também fazer algumas considerações sobre os questionamentos que fiz.

Logo em seguida, passarei a palavra aos representantes do Ministério da Integração, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, para discutirem o presente, o que ocorre em Xanxerê e em Ponte Serrada, e também o futuro, ou seja, novos possíveis desastres que possam ocorrer, a fim de verificarmos o que tem que ser aperfeiçoado.

**O SR. ROBERTO CARLOS SERATTO** - Com relação às duas demandas aí, à questão do Fundo de Garantia, até pelas oportunidades de atendimento que foram organizadas, eu acredito que a grande maioria das pessoas que foram atingidas naquela região delimitada pela Defesa Civil devam ter sacado. Eventualmente, há ainda um ou outro que pode de fato se habilitar e encaminhar esse saque.

Com relação ao crédito, enquanto instituição financeira, a Caixa atua como repassador ou como própria instituição financeira. No que se refere ao crédito especificamente, cada instituição tem a sua política e até as fontes de recursos, algumas do FAT, do BNDES, etc. A Caixa, o Banco do Brasil, o BRDE, enfim todas as instituições atuam de forma muito similar, o que é até bom para o cliente, que



muitas vezes tem simpatia por uma ou outra instituição. Agora, esses repasses de crédito a praticamente juro zero seriam um repasse da instituição.

Para que a Caixa possa de fato se unir ao Estado, a grande questão é a fonte de recurso, para que ela possa ser partilhada entre todos os agentes. Nós não nos opomos a isso; pelo contrário. Agora, a grande dificuldade é interagir com essa disponibilidade do Estado em oferecer recurso a fundo zero. O Estado também tem sua política, suas regras para concessão disso.

Vejo que é um tanto complexo, mas nós estamos à disposição para discutir e tentar encontrar uma forma que atenda ao anseio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Vou facultar a palavra aos nobres Deputados que estão acompanhando, principalmente o Deputado Valdir Colatto que, desde a primeira hora, acompanhou e pode fazer uma avaliação e também possíveis questionamentos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Obrigado, Deputado Pedro! Quero cumprimentar todos os que representam aqui o Governo — a Caixa Econômica, o Ministério da Integração e o das Cidades. Na verdade, nós estivemos, nos últimos dias, com o Ministro Gilberto Occhi e o Gen. Adriano, da Defesa Civil, em Xanxerê. Eles foram inaugurar a primeira casa construída entre as casas de emergência. Acho que esse é um fato importante. Precisamos continuar fazendo esse trabalho com aqueles que ainda estão se recuperando.

A gente ouviu algumas questões sobre o acesso ao crédito — estão falando com o Sr. Atlantis ali —, principalmente para as empresas, para aquelas empresas que foram atingidas e que precisam de recursos para voltar às atividades. Além disso, muita gente perdeu o emprego. É preciso ter um cuidado especial com essas coisas todas, com esse pessoal. Como é que uma empresa que foi destruída vai se habilitar para, no cadastro, poder tomar recursos? Desde que não seja uma coisa especial ou diferenciada, é preciso haver um programa que ache uma maneira de você buscar isso.

Quanto à questão do Fundo de Garantia, eu também estive lá com uma pessoa que me disse que o pessoal estava exigindo muita documentação e que não conseguia o acesso. Pedia uma coisa, pedia outra, com aquela burocracia que nós conhecemos. Isso estava levando a essa situação. Mas o pessoal está se



---

recuperado. Há também aqueles que se apressaram na recuperação, claro, gente que estava sem cobertura e tinha que cobrir a casa ou coisa assim. Então, fizeram uma dívida, compraram e agora estão com dificuldade de quitar essa dívida. Eles querem saber como é que vão resolver essa situação, uma vez que não foram atendidos pela distribuição de telhas e também pelas providências que foram tomadas dentro do processo lá.

O que está pegando bastante lá é a questão de mão de obra. Muitas vezes, eles não têm como pagar por ela. Como é que você vai fazer esse conserto? Mas, no geral, tudo está se encaminhando, assim como as casas que vão ser reconstruídas.

Na verdade, nós precisamos é que os recursos sejam liberados, tanto aqueles que a Presidente esteve lá e comprometeu e outros que estão sendo comprometidos. A prioridade que nós pedimos é para aquelas pendências que existem. Há muita pendência, por exemplo, de emendas que não saíram, de muitos empenhos no Ministério das Cidades e no Ministério da Integração. Os Prefeitos estão nos cobrando para que a gente busque a liberação com prioridade.

E eu queria deixar aqui — claro que não é a área, Deputado Pedro, mas eu queria que esta Comissão nos ajudasse — a informação de que Xanxerê não tem ambulância. E nós estamos tentando conseguir essa ambulância o tempo todo com o Ministério da Saúde.

A ambulância de lá tem em torno de 5 anos e já está precária. Não há como recuperá-la. Nós recebemos a informação do Ministério da Saúde de que é preciso pegar emprestado dos Municípios vizinhos para poder resolver. No estado de calamidade que estamos lá, nós não conseguimos sensibilizar o Ministério da Saúde para que entregue uma ambulância. Eu gostaria que o Deputado Pedro e os demais nos ajudassem nisso, para que a gente pudesse conseguir essa ambulância para lá.

Não é possível que, com todo esse processo e com o desastre que houve, não vamos conseguir uma ambulância para um Município que não tem. A ambulância está sendo emprestada por Municípios vizinhos. Eu acho que essa é uma das maiores carências.



No mais, o pessoal está trabalhando. A Defesa Civil fez um trabalho importante e ágil. O Ministro da Integração já esteve duas ou três vezes lá, bem como a própria Presidente da República. Então, o atendimento está sendo bom.

A gente está torcendo para que as obras — por exemplo, as do ginásio — aconteçam. Inclusive, o Prefeito solicitou que se amplie um pouco esse ginásio para que eles tenham um tipo de centro de eventos, o que não existe lá para o setor. Foi feita essa proposta ao Ministro Gilberto, e ele ficou de estudar para ver se pode ampliar a questão do ginásio de esportes, para fazer um prédio, de uma vez por todas, definitivo. Esse é um pedido da comunidade e uma necessidade para o Município.

Era o que tinha a dizer. Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Queremos registrar e agradecer também ao Deputado Décio Lima a presença, que tem larga experiência na sua região, que, desde 1983, sofre com enchentes, o que, inclusive, serviu de aperfeiçoamento de relações entre a Defesa Civil e o Ministério da Integração. Agora, já colhemos os bons resultados dessas ações inclusive e das transformações que ocorreram na relação pública e, principalmente, no Governo Federal.

Queremos registrar a presença e agradecer ao Deputado Rogério Peninha Mendonça, do Vale do Itajaí, onde, de vez em quando, a água sobe; mesmo que não tenha havido um tornado, vivenciou também um processo de enchentes. Então, S.Exa. está acompanhando e se solidarizando com esta Comissão.

Por favor, Deputada Geovania de Sá, V.Exa. está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ** - Obrigada, Deputado Pedro Uczai.

Assim como meus colegas da minha cidade, lá no sul, quando fui, durante 4 anos, Secretaria de Assistência Social e Habitação, também enfrentamos cinco cheias. Só eu sei o que passamos, mas conseguimos recuperar. Graças ao FGTS as famílias conseguiram se recuperar naquele momento, dando segurança, e eu sei o quanto importante está sendo, Sr. Roberto Carlos, esse resgate para eles, a maneira e a forma de reconstruir tudo que perderam.



---

Eu não sei se isso foi respondido, porque eu acabei chegando tarde — estava em outra Comissão —, mas eu só gostaria de pedir ao Sr. Roberto que me dissesse se há algum programa, o Minha Casa Minha Vida mesmo, que vai ser reconstruído lá ou não houve essa necessidade, apenas pequenos reparos... Houve algum suporte, voltado mais à questão habitacional, a essas famílias para reconstruírem o que perderam realmente?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Deixo a palavra facultada ao Deputado Décio Lima. (*Pausa.*)

**Roberto, pode responder a indagação da Deputada Geovania, por favor.**

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - Queria fazer duas ponderações a respeito do Fundo de Garantia, citado aqui pelo Deputado Colatto e pela Deputada Geovania.

Nós pagamos 10 dias após a ocorrência; pagamos praticamente mais de 9 mil contas. De fato, os recursos já estão nas mãos dos beneficiários — logicamente, um recurso importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Quanto?

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - Oito milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Cinco milhões e pouco para Xanxerê e dois milhões e pouco para Ponte Serrada.

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - Isso. Eventualmente, Deputado, o que gera insatisfação é a definição, seja pela Defesa Civil, seja pelo Município, da região de abrangência dessa calamidade; pessoas fora dessa linha querem receber o Fundo de Garantia, o que é normal em qualquer sinistro. Isso gera sempre um descontentamento em função dessa situação.

Hoje o processo está muito simplificado, tanto que, em 15, 20 dias, pagamos mais de 9 mil pessoas, e a documentação é o básico, o mínimo exigido. Com certeza, está muito simplificado o processo.

Quanto ao crédito, também mencionado aqui, logicamente é uma situação difícil de resolver. Vejo assim: a pessoa se antecipou, foi lá, comprou e aplicou recursos. Como o Governo — e não sei se a Defesa Civil utiliza algum mecanismo para identificar isso — vai alocar um recurso público a essa família? Geralmente,



---

depois de comprovado, o recurso é repassado. É uma situação em que nós não temos ainda... Isso ocorre muito lá na vida real, mas ainda vamos ter que pensar como equacionar esse problema.

Em relação ao Minha Casa Minha Vida, citado pela Deputada Geovania, na verdade, o Ministério das Cidades publicou uma portaria colocando todo o programa à disposição, mas, de fato, todo atendimento está sendo feito pela Defesa Civil. Acho até que o Alexandre pode relatar melhor os números para uma resposta efetiva à Deputada.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Roberto.

Antes de passar a palavra ao Alzirô, para uma complementação, quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto e agradecer a presença, Deputada catarinense que também prestigia esse momento importante de união da nossa bancada sobre o desastre em Xanxerê e Ponte Serrada.

**O SR. ALZIRO ALEXANDRE GOMES** - Complementando então, Deputada, em relação a casas passíveis de reforma, de conserto, nós recebemos a demanda de reforma de 325 unidades habitacionais. Já está em análise. Nós recebemos isso na semana passada, já está pré-aprovada, faltando apenas um ajuste em função do nosso limite de valor referencial. Nós, nos próximos 10 dias, devemos finalizar e vamos disponibilizar esse recurso.

Em relação às despesas já efetuadas, a lei veda expressamente qualquer tipo de reembolso. Nós não temos ferramenta legal para contemplar esse tipo de situação e nós não temos também cobertura, previsão em lei, de repasse diretamente ao beneficiário. Nós não temos esse mecanismo. O repasse é sempre feito ao ente federativo, que executa então a ação. Em alguns casos, como em casos de aluguel social, faz-se até um sub-repasso do recurso. Quanto ao recurso repassado diretamente ao beneficiário, nós não temos essa possibilidade, de acordo com determinação da legislação hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Deputada Zanotto, por favor, com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Obrigada, eu quero só justificar. Vim logo no início, mas tive que correr para outros compromissos que temos



acumulado aqui na Casa; em seguida, inclusive, vou participar de uma reunião do Colégio de Líderes.

Não sei se já foi pontuado, Deputado Pedro, mas eu gostaria de saber, e a questão sobre a situação das casas já foi respondida, do patrimônio que não é público nem privado, como associações de moradores, salões de igrejas, locais multiusos. Eles não são específicos da igreja e foram construídos graças o esforço da sociedade que hoje está sofrendo com esse desastre.

Existe, então, alguma previsão para essas estruturas que não são públicas e também, podemos dizer, não são privadas, porque são de uso coletivo, são da comunidade? Há um olhar diferenciado para elas, se a legislação não permite? E se não permite — já coloquei isso no nosso relatório —, vamos precisar alterar a legislação vigente. Nós vivemos em Lages, onde o salão que acolheu as vítimas do granizo não pôde ser utilizado. Quer dizer, é quase uma incoerência ter que buscar outra forma para atender uma instituição, uma creche, por exemplo, que não é pública mas está conveniada e atende crianças residentes no Município. Existe essa possibilidade? Os senhores estão estudando alguma alteração, ou proposição, para exame desta Casa?

**O SR. ALZIRO ALEXANDRE GOMES** - Para essas situações, Deputada, nós não temos nada específico. Agora, pode vir a ser contemplado dependendo de quem seja o gestor. É do Município a gestão desses aparelhos? De quem é a gestão?

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Não. É o salão da igreja, por exemplo, ou o centro comunitário, que é da sociedade como um todo, o centro comunitário do bairro tal que foi atingido, que sofreu os mesmos danos que o domicílio privado ou o patrimônio público.

Eu fico um pouco preocupada quando a gente começa a buscar mecanismos para resolver os problemas, e, na prática, quando a legislação não prevê, é isto que acontece. Como socorrer uma estrutura que não é privada, é da sociedade como um todo, mas também não está inscrita no poder público. Aí, busca-se mecanismos de ajuda que não são os ideais. Temos que avançar. Se não existe essa possibilidade, precisamos estudar os mecanismos para contemplá-los, porque essa mesma sociedade que já está sofrida com o seu patrimônio pessoal não tem como, neste



---

momento, ajudar a construir. Eu vi lá um centro comunitário totalmente destruído. Ele precisa ser reconstruído, e não é o ginásio, porque este, a gente sabe, é do patrimônio público, mas o centro comunitário é da sociedade como um todo.

**(Não identificado) - Vários.**

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Vários, mas estamos dando o exemplo dessa instituição.

**O SR. ALZIRO ALEXANDRE GOMES** - Pela Defesa Civil, eu posso lhe afirmar que, neste momento, nós não temos como fazer esse atendimento. Não há enquadramento para proceder a esse atendimento. Seria um desafio. Teríamos que nos reunir com as pessoas, para tentar... Não vamos fugir daquilo que a senhora gostaria de afastar, que é buscar mecanismo de atendimento, mas, infelizmente, a resposta que eu posso lhe dar agora é que eu não tenho cobertura para proceder esse atendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - É isso. Eu acho que tem essa demanda das famílias que não são atingidas pelos programas existentes, como o da reforma. As famílias foram individualmente resolver os seus problemas, e não tem como ressarcir-las, pela atual legislação, e os prédios comunitários, assim poderíamos chamar, que são públicos e comunitários, não são públicos e estatais, não são privados, chamamos de públicos comunitários, para eles precisaríamos aos poucos buscar algum encaminhamento.

Agora, aqui, antes da chegada do Deputado Valdir, da Geovania e da Deputada Carmen Zanotto, esteve o Deputado Esperidião aqui, Deputado João Rodrigues, e houve um reconhecimento, eu queria fazer aqui também, à Caixa e ao Ministério das Cidades, como foi feito ao Ministério da Integração, um reconhecimento de que os problemas que estão sendo trazidos aqui pela própria Comissão e pelos colegas são infinitamente menores, pela gravidade e pela intensidade do desastre, do que foi em outros momentos da história.

Então, por isso que estava sendo inclusive motivo de reconhecimento de muitas ações ágeis sendo respondidas, como essa questão das casas. Nós já fomos lá e inauguramos a primeira, Deputado Valdir Colatto, representamos aqui a bancada catarinense no último sábado, foi uma coisa impressionante, porque



aconteceu dia 20 de maio, 20 de abril, isso! Não estamos nem em 20 de junho, e nós já temos a primeira casa inaugurada.

Então, essa agilidade, essa questão do fundo de garantia, a forma como a Caixa aperfeiçou está sendo muito positiva, porque são 8 milhões que entraram na economia local, através das famílias, essa parte foi bem acertada, foi aprendida nos desastres. Eu me lembro do desastre de Blumenau em que se demorou demais para liberar recursos, porque ainda não se tinha essa engenharia.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Presidente, V.Exa. me permite? Nós nem acreditávamos quando a Caixa nos informava em Lages que teria rapidez, como teve, e o mesmo aconteceu agora em Xanxerê.

Então, precisamos reconhecer isso que V.Exa. está dizendo. As pessoas acreditaram porque efetivamente aconteceu. Parabenizo mesmo os órgãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Eu acho que essa unidade da bancada e de todos os Deputados da situação e da oposição é para motivar e continuar motivando os órgãos governamentais para continuarem agilizando essa política pública.

Concedo um minuto para o Sr. Roberto Carlos Ceratto.

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - É só uma questão de mérito. Eu estou aqui representando a Caixa, mas quanto à questão do fundo de garantia há colegas representando, porque são eles que atuam direto nisso.

Eu quero agradecer esse cumprimento e estendê-lo a todos os colegas de Chapecó, da Superintendência da Caixa, que são quem, de fato, se envolveram e foram lá atender todo esse povo que precisava. Então, aproveito aqui a sessão para transferir esse agradecimento de vocês a eles, que são os que, de fato, colocaram a mão na massa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Então, vamos ver quais os encaminhamentos que existem. Há essa questão de crédito, que continua em aberto. Eu acho que o Deputado Valdir podia acompanhar um pouco em Xanxerê em relação às empresas, crédito para as empresas e essa relação do Governo do Estado com os 10 milhões, há também os 400 milhões da Caixa Econômica. Se houver grau de dificuldade, nós poderemos acompanhar.



Quanto aos recursos diretos que não foram possíveis nesse desastre natural, como proceder no futuro em possíveis desastres? A gente não quer, mas possivelmente vão ocorrer.

E, terceiro, pelo Minha Casa Minha Vida Rural, esse programa do Ministério das Cidades, se a partir dele, por exemplo, vai se criar uma linha de reforma de até 5 mil ou reconstrução da casa inteira até tantos mil, liberando um cartão de crédito, como é hoje no Minha Casa Minha Vida Melhor. A pessoa recebe um cartão diretamente, recebe um cartão e gasta.

Então, há essa ideia do Ministério da Integração de que não tem possibilidade de ir direto, mas há um programa do Ministério das Cidades que diz que é possível, no qual a pessoa ganha. No Bolsa Família, ganha-se cartão, ganha diretamente a família. No Minha Casa Minha Vida Melhor, a pessoa também recebe um cartão de crédito para gastar até 5 mil, não é isso, salvo melhor entendimento?

Então, o cara que sofre um desastre, o professor Marcelo que gastou 8 mil, se ele recebesse um cartão que pudesse cobrir as despesas de sua casa naquele momento em até tanto, com nota fiscal apresentada, poderia ser um caminho, precisaria ver como controlar e fiscalizar tudo isso. Ninguém está aqui querendo burlar nada, mas criar um mecanismo que atenda, porque aqui ele vai sofrer muito tempo. Tenho absoluta segurança de que, se ele não tiver retorno de ninguém, solidariedade por parte de amigos, ele vai sofrer com o pagamento daquele valor devido o salário que ele ganha hoje. Estou dando um exemplo concreto. Então esse ponto fica pendente para discutirmos.

Outro ponto pendente para aperfeiçoarmos são os prédios públicos comunitários. Não os privados, mas os prédios públicos comunitários que estão inclusive declarados como de utilidade pública, associações de moradores etc. Como responder a isso no futuro.

O quarto ponto ainda continua em aberto, o inventário das emendas — já estou fazendo isso, Deputado Valdir — parlamentares de bancada ou individual, pendentes ainda, que poderiam ser destinadas para Xanxerê e para Ponte Serrada. Há um ponto pendente, que não é desses especificamente.

Para Alessandra e a CAIXA. Em Ponte Serrada, há uma demanda habitacional — a bancada e a Comissão estiveram lá — devido uma situação de



desastre — acho que foi de enchente ou de excesso de chuva —, 47 famílias não foram atendidas ainda pelo programa Minha Casa Minha Vida. O Prefeito e as Lideranças colocaram que há dois anos se arrasta esse problema, que não está resolvido para além das 24 famílias que foram vítimas de um tornado. O terreno estaria irregular e a CAIXA precisaria ver essa demanda que encaminhamos, na época. É o caso de 47 famílias que há dois anos não é resolvido, outro ponto pendente da política do Ministério das Cidades.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Deputado Pedro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Sim.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Só para chamar à atenção dos representantes da CAIXA e do Ministério das Cidades, porque acho que há um ruído que não foi bem levantado. Está sendo alegado que a área em que estão essas famílias é uma área ambiental, que teria lá uma reserva legal, um termo de ajuste de conduta que impediria que se fizesse as casas, mas não é área de risco. Alguém criou essa questão ambiental. Quando fizemos o Código Florestal, autorizamos os assentamentos, principalmente para os de baixa renda, nessas áreas, desde que não fossem em área de risco.

O Prefeito está tendo o seguinte problema: como ele não pode construir as casas ali, por causa da questão ambiente, tem que comprar outro terreno para assentar essas pessoas. Ele está tendo dificuldade de conseguir esse outro terreno. Então, se se resolver essa questão ambiental, que, para mim, está resolvida no Código Florestal, que autoriza fazer esse assentamento, desde que não seja em área de risco, mesmo em APP. Lá não é APP, alguém criou uma reserva nessa área. Que se pudesse então acerta a questão ambiental e estaria resolvido o problema do terreno para poder construir as casas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Acho que muito bem lembrado, porque, naquela região, não tem problema de enchente, é uma área alta, próxima de empregos, inclusive das empresas que lá estão situadas. Vou escrever aqui também essa demanda.

Não sei se tem mais alguma consideração para fazer. Em seguida, teremos requerimentos a votar. Antes, quero registrar a presença e agradecer a todas as lideranças que estão aqui, Sra. Adriana de Fátima, da CAIXA, Sr. Saulo Lavoisier



Vasconcelos, Sra. Daisy Lourenço, Alberto Vagner Alves do Nascimento, Henrique José Fontana, todos profissionais da CAIXA, do Ministério das Cidades, Sr. Tarcisio — que bomvê-lo aqui —, que ajudou o Deputado Valdir Colatto quando estava na Casa Civil, resolveu o problema do frigorífico em Chapecó, da Chapecó Alimentos. Foi uma grande figura que mediou toda relação com o BNDES. Vamos sempre agradecer profundamente em nome do Governo Federal a tua mediação na época em quem tinha 5 mil trabalhadores desempregos. Hoje são quase 7 mil trabalhadores, com mais duas mil famílias integradas àqueles quatro complexos agroindustriais.

Deputado Valdir Colatto, queria convidá-lo para presidir a sessão neste momento, porque já temos quórum e há um requerimento de nossa autoria para colocar em discussão e votação.

Então, agradecemos aqui ao Alziró pela presença e, em seu nome, a toda equipe do Ministério da Integração. Vocês nunca viram tantos elogios neste Congresso. Muitas vezes, vocês só levam críticas, então temos que registrar o elogio de todos, dos Deputados da Oposição, dos Deputados da base do Governo, ao Ministério das Cidades, da mesma forma, à Caixa Econômica. Podem certeza de que ouvir isso deve fazer bem para vocês, para nós também, porque a nossa Comissão está tendo menos trabalho, menos dificuldade, pela ação, operação e rapidez e eficiência dos órgãos governamentais, no espaço local, no Governo do Estado e aqui, particularmente, do Governo Federal.

Não sei se o Sr. Alziró tem alguma consideração final a fazer. Depois eu já passo a palavra também ao Deputado Valdir.

**O SR. ALZIRO ALEXANDRE GOMES** - Gostaria, mais uma vez, em nome do Ministro Gilberto Occhi e do General Adriano, Secretário Nacional de Defesa Civil — ele não pode estar presente aqui e eu estou representando-o —, agradecer pela oportunidade e pelo reconhecimento. Entendemos que estamos tentando simplesmente executar o nosso papel.

E para não pecar pela omissão, Deputado, o último pronunciamento, ainda na esteira dos reconhecimentos, não poderia deixar, também, de citar a Receita Federal, que a pedido da intervenção dos Ministérios, excepcionalizou o prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda. Inclusive foram encontrados



documentos de moradores lá, 40 quilômetros de distância de Xanxerê. Então, também sensibilizada, a Receita adotou essa atitude e eu gostaria de fazer esse registro.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Alziró.

Tem a palavra a Sra. Alessandra.

**A SRA. ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA** - Da mesma forma, queria agradecer também, em nome do Ministro Gilberto Kassab e da Secretaria Nacional da Habitação, a Sra. Inês Magalhães, que também não pode estar presente e colocar o Ministério à disposição para os demais esclarecimentos e para as demais questões da Comissão que se fizerem necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Alessandra.

Tem a palavra o Sr. Roberto, para as suas considerações finais.

**O SR. ROBERTO CARLOS CERATTO** - Eu queria só agradecer e deixar um abraço da nossa Presidenta Míriam e dizer que a Caixa está à disposição para contribuir e para melhorar ainda mais o processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Carlos. Obrigado, Alessandra. Obrigado, Alziró.

Agradecemos aos senhores e às senhoras pela presença. Passo a palavra aqui, por justiça, para comandar esta Comissão, ao Deputado Valdir Colatto, que é da cidade de Xanxerê.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - O requerimento que nós vamos votar é o item único da pauta, o Requerimento nº 4, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que solicita a realização de seminário na Comissão para ouvir especialistas sobre tornados — Seminário Internacional Gestão de Desastres Naturais: Tornados — em Xanxerê e Ponte Serrada.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Pedro Uczai.

**O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Sr. Presidente, todos que participam desta reunião, este seminário tem o objetivo de pensar o futuro, que possíveis tornados poderão ocorrer pela incidência que já ocorreu na nossa região, como Maravilha, Guaraciaba e agora em Xanxerê e Ponte Serrada.



Segundo lugar, fazer esse seminário e trazer os especialistas do Brasil e do mundo, inclusive a experiência dos Estados Unidos, para a nossa região é mostrar que nós Deputados não estamos só preocupados em resolver o problema concreto de Xanxaré e Ponte Serrada, mas também estamos preocupados com o futuro, se porventura ocorrer algum desastre natural, que se chama tornado.

Por isso, eu queria que tivéssemos a aprovação do requerimento solicitando a realização desse seminário, deixando em aberto a possibilidade de indicação também de novos especialistas. Aqui estão indicados especialistas do Brasil, que estão a cada dia acompanhando os desastres naturais, especialistas dos Estados Unidos e novos especialistas, como o Deputado João Rodrigues tem disposição de indicar — os caçadores de tornados. Alguns deles poderão estar presente a esse seminário nacional, que vamos realizar no oeste de Santa Catarina, em data a ser marcada e combinada com os próprios expositores desse seminário. O objetivo desse seminário é pensarmos em ações para evitarmos tragédias, como a que ocorreu em Santa Maria, ações que se transformaram em legislação.

Se for necessário também esta Comissão apresentará uma pauta legislativa, além de uma pauta de política de Estado com mais investimento em equipamentos e novas tecnologias para atender às demandas que futuramente poderão ocorrer como novos tornados no Brasil e no oeste de Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de ter a aprovação deste requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai, Parlamentar de Santa Catarina.

Coloco em votação o requerimento.

Como não há quem queira discuti-lo, passo à votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, vai à pauta para as próximas reuniões.

Antes de encerrar a presente reunião, queria agradecer a todos que participaram, ao Deputado Pedro Uczai que presidiu a sessão, pela força, pelo trabalho, pela dedicação que tem feito, aos Deputados que também fizeram esse trabalho durante esse período. Com certeza, vamos continuar esse trabalho, e que seja um exemplo de outras ações que possamos fazer em Santa Catarina e no Brasil e aprimorar inclusive a legislação que precisamos para casos de desastres



climáticos como esse que ocorreu em Xanxerê. Outros também poderão ocorrer. Com certeza, nós podemos ajudar. Agradecemos a todos pela presença.

Antes de encerrar, convoco a próxima reunião da Comissão em forma de seminário na cidade de Chapecó, nos termos do requerimento aprovado hoje, em local e data que serão informados por meio eletrônico.

Está encerrada a presente reunião.